

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas
Departamento de Geografia

Microempreendedorismo e Crise do Trabalho

Jaqueline Marinho de Oliveira Souza

2022

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas
Departamento de Geografia

Microempreendedorismo e Crise do Trabalho

**Trabalho de Graduação Individual
(TGI) apresentado ao Departamento
de Geografia sob orientação do
Prof. Dr. Carlos de Almeida Toledo**

Jaqueline Marinho de Oliveira Souza

Fevereiro de 2022

Toda arte se caracteriza por um certo modo de organização em torno do vazio.

Jacques Lacan, O seminário, livro VII.

Agradecimentos

Listar as pessoas a quem devo agradecimentos por todo o apoio que me manteve no caminho até aqui com certeza renderia falhas e injustiças da minha parte e da de minha memória, já não tão boa, por isso opto por agradecer aos amigos e amigas que participaram desses cinco anos de Geografia, seis de USP, entre eles colegas de universidade, professores e amigos da época do colégio, sem os quais a decisão de entrar para a FFLCH não teria sido tomada.

Ao Carlão, meu orientador, amigo e conselheiro, com quem dividi muitas alegrias, tristezas e graças a quem superei muitos momentos de dificuldade que precisaram ser passados geograficamente distantes da minha família. Por toda a paciência, atenção e dedicação, por todas as conversas que precisei ter, pelos avisos, pelas correções e especialmente pelas trocas tão ricas e cuidadosas que não me permitiram somente a formação na USP, mas me ajudaram a lidar com o mundo.

A meus pais, Zuleika e Antonio, por todos os esforços, todas as viagens de ida e volta do Butantã para Guaianases, por todo o amor, carinho e compreensão, por todo o apoio e por todos os ensinamentos sem os quais eu não saberia o que melhorar em mim e o que procurar nos que me cercam.

A Mateus, meu companheiro, com quem tenho construído nosso “daqui para frente”, que tem me acolhido e ajudado, me mostrado um lado mais feliz da existência humana e me feito melhor em muitos aspectos. À sua adorável família, que me recebeu como uma filha, especialmente a Deise, Aparecido e Sr. Euclides.

A Amélia Damiani e Ricardo Baitz, que gentilmente aceitaram avaliar este trabalho, e a meus entrevistados, que tornaram possível a realização desta pesquisa.

Sumário

1. Introdução	6
2. Histórico e procedimentos metodológicos	10
3. Os microempreendimentos da Rua Eugênio Radiante	14
4. Do campo à metrópole	19
5. Reorganização das relações entre vizinhos por meio do aluguel	29
6. O fechamento dos microempreendimentos	35
7. Conclusão	39
Bibliografia	41

1. Introdução

Sob o sol forte as crianças passam correndo de um lado para o outro da rua movimentada, uma ladeira com apenas duas faixas, onde carros, alguns cães, passantes e elas, que brincam e compram doces ou procuram pipas caindo, disputam espaço. Ouve-se um pedindo um sorvete, outro quer um açaí, outra, em outra venda, compra balas que já não sei mais quais são, há ainda algumas crianças que não compram nada, mas empinam pipas enquanto os pedestres desviam, nem sempre bem-humorados. De dentro das pequenas e apertadas lojas, que se espalham da base à parte mais íngreme da rua, mas não chegam ao seu topo, saem alguns compradores, vizinhos, alguns amigos que param para um dedo de proza e até familiares que volta e meia revezam os turnos de trabalho, que por aqui varia de comércio a comércio, a depender de seus produtos e clientela, mas nunca dura menos de dez horas por dia a jornada dos microempreendedores.

Do açougue saem poucas pessoas nesse horário, bem como da quitanda do Pierre, que está no seu trabalho na zona cerealista enquanto seu filho mais novo toma conta do caixa, do bar de Luiz, da loja de roupas, da sapataria, da mercearia e de algumas outras também não saem muitas pessoas, diferente da venda de açaí e do minimercado da família de Estela, cujo movimento é constante durante o expediente quase inteiro, um entra e sai de pessoas que raramente usam sacolas por comprar no máximo duas ou três coisas a cada ida ao comércio, posto que a clientela desse horário não mora a muito mais que duas quadras de distância, um pouco diferente da de mais cedo, o horário em que as pessoas que se deslocam da periferia para o centro da cidade ou para municípios vizinhos para trabalhar vão para a estação de Guaianases, onde pegam o trem da CPTM ou os ônibus para vários cantos da zona leste e de outros municípios. Também a clientela de daqui a algumas horas não mora perto, são os mesmos trabalhadores voltando de sua jornada de trabalho ou de trabalho e estudo.

Começam a chegar as motos, que fazem entregas para a venda de açaí, o movimento da rua aumenta, mas não chega a ser tão intenso quanto no pico do transporte público na cidade. São Paulo é mesmo lotada de gente, em Guaianases percebemos isso, se não pelas ruas cheias de casas com mais de dois andares onde moram duas a quatro gerações de uma mesma família e seus agregados, no trem da CPTM,

que das seis às oito e meia da manhã e das cinco da tarde às oito da noite é “cheio de não conseguir colocar os dois pés no chão”, diz Jéssica, que trabalhou no centro da cidade alguns anos até decidir largar o emprego de assistente administrativa e tocar a sapataria com Felipe, seu esposo, que herdou o comércio de seu pai, falecido anos atrás.

As motos passam e o avançar do dia traz mais carros, pedestres, bicicletas, cães, entra e sai de gente dos pequenos comércios e assim continua a tarde na rua da periferia da cidade de São Paulo, que passou a ser uma centralidade para os moradores do Jardim Nova Guaianases, que antes só passavam pela Eugênio Radiante para ir e voltar da estação e do terminal de ônibus. É desse avançar do dia, bem como do amanhecer que coloca de pé a maior parte dos comerciantes que alugam pequenas garagens reformadas e adaptadas para comportar seus empreendimentos, que se alimenta o comércio na ladeira ensolarada com a base voltada ao norte e o topo ao sul, como se cortasse o que aqui chamamos de vila.

O Jardim Nova Guaianases, a *vila*, é onde vivemos, onde geralmente estão nossos parentes mais próximos, nossas relações corriqueiras e define boa parte de nossa relação com a cidade em sua parte e em sua totalidade, posto que dentro da vila somos o vizinho ou a vizinha X ou Y, conhecidos por sermos irmãos, sobrinhos, cunhados, netos, etc, de um outro vizinho ou vizinha. Já fora dela somos colegas de trabalho ou de curso que atravessa a cidade no transporte público ou ainda para alguns o morador da periferia, essa coisa conhecida apenas no imaginário e que toma formas diversas a depender do interlocutor. A *vila* é muitas coisas e nos qualifica de diversas formas interna e externamente, mas formalmente, ela é um loteamento que dizem os mais antigos ter sido um sítio ou fazenda que foi desmembrado e vendido a diversos trabalhadores que por aqui chegaram no início da década de 1970 e começaram a construir suas casas num processo lento, em muitos casos não concluído totalmente.

Algumas dessas casas ficam na Rua Eugênio Radiante e têm suas antigas garagens ou quintais alugados para os pequenos comércios, sendo este aluguel o meio para que os donos dos comércios, posto que não são proprietários e não têm como se tornar a curto prazo, e o complemento da renda de seus proprietários, na maior

parte da primeira geração de moradores do loteamento, idosos aposentados que realizaram com ajuda de filhos e netos, as adaptações necessárias para alugar parte de seus lotes e com isso conseguir maior segurança financeira, já que as aposentadorias recebidas não são capazes de garantir sua manutenção.

A relação estabelecida por meio do aluguel e mediada pelo valor pago por estes não é horizontal nem o único ponto comum entre os proprietários e seus locatários: após meses de conversas, entrevistas e visitas, podemos dizer que os micro empreendedores da área estudada são em sua quase totalidade migrantes que vieram do nordeste do país ou, como no caso da família de Estela, de outro continente, buscando acessar mercadorias e alcançar a esperada vida melhor por meio da venda da força de trabalho num mercado que da primeira à atual geração de migrantes teve alterações consideráveis em seu funcionamento e em sua absorção de força de trabalho.

Essas alterações são a porta de entrada para a situação de precariedade do emprego a que assistimos e para a precarização geral da vida da força de trabalho, que permanentemente empurrada para fora dos postos de trabalho dado o enxugamento constante destes, busca outras formas de se inserir na circulação de dinheiro e de mercadorias por meios alternativos, cada vez menos estáveis se comparados ao modelo de emprego encontrado pelos entrevistados de Giavarotti(2012) na década de 1960 em seu estudo sobre o Jardim Ibirapuera.

Em comparação com o Jardim Ibirapuera, notamos também que mesmo a primeira geração de moradores do Jardim Nova Guaianases não encontrou o mesmo tipo de emprego que a primeira geração de moradores daquele, o que mostra a importância da distância espaço-temporal entre a ocupação das duas áreas periféricas. A alteração percebida em menos de dez anos da fundação do Jardim Ibirapuera para o Jardim Nova Guaianases aumentou a ponto de hoje ser possível afirmar que tanto as relações de emprego encontradas entre os entrevistados mais jovens de Giavarotti (2012) quanto as percebidas nesta pesquisa quase nada têm em comum com as da primeira geração de moradores daquele, que diferente da área na zona leste de São Paulo, sofreu com o impacto da mudança de um polo industrial que empregava boa parte de seus moradores.

Assim, é sobre as dinâmicas que empurraram número significativo de trabalhadores para a instabilidade do micro empreendedorismo que tratamos aqui, de forma

que o presente trabalho se encontra dividido da seguinte forma: no primeiro capítulo apresentamos os micro empreendimentos estudados, sua rotina e sua relação financeira com o entorno, no segundo capítulo nos debruçamos sobre as narrativas migrantes individuais e sua relação com a expulsão do campo no contexto de origem dos entrevistados e a aparente atuação de São Paulo como polo de atração de força de trabalho; já no terceiro capítulo nos atermos sobre os desdobramentos da crise do trabalho e seu impacto sobre o trabalho na metrópole, que levou tantos dos entrevistados a buscarem fora do mercado formal a possibilidade de acessarem necessidades artificialmente criadas pelo sistema capitalista.

2. Histórico e procedimentos metodológicos

Para compreender o microempreendedorismo na Rua Eugênio Radiante foi preciso mais que os dados estatísticos encontrados em levantamento bibliográfico acerca do tema, voltado a cálculos de rendimentos e/ou com viés positivo acerca da atividade. A pesquisa aqui apresentada seguiu por outros caminhos, ligados à abordagem neomarxista e à mobilização do trabalho, buscando analisar como os sujeitos empreendedores periféricos entrevistados chegaram à metrópole e como nela se submeteram à venda de seu tempo em forma de expediente de trabalho e por fim chegaram à atividade empreendedora.

O trabalho aqui apresentado teve início ao final de 2018, quando começamos o levantamento bibliográfico, partindo para visitas de pré-campo para estabelecer diálogo e conhecer melhor o cotidiano dos entrevistados. Depois desta fase, iniciamos a elaboração de questões para levantamento de dados iniciais sobre os estabelecimentos, seus donos e funcionários, só então começamos a aplicação de questionários¹, idas periódicas a campo, análise de documentos, entrevistas, pesquisas em arquivo digital, e análise dos materiais obtidos.

Foram realizadas seis entrevistas registradas em áudio com a permissão dos entrevistados, que tiveram duração diversa, variando de quinze minutos a mais de duas horas inteiras, aplicados questionários em nove estabelecimentos e levantadas histórias de vizinhança em forma de memórias com alguns vizinhos que colaboraram, além de uma imobiliária situada nas proximidades da rua, sendo importante ter em conta que nossos entrevistados não pertencem unicamente ao grupo de microempreendedores e que repartem-se por grupos, por camadas, por classes. A identificação dessas categorias e a realização de inquéritos que permitam caracterizá-los em suas estruturas e suas práticas é outro momento essencial da pesquisa. (KAYSER, 2006)

Assim, a pesquisa aqui apresentada não foi realizada com uma série única de campos em dado mês ou semestre, mas foi construída ao longo do tempo junto com os entrevistados,

¹ Pois a pesquisa deverá também se apoiar na realização e utilização de questionários sistemáticos. (KAYSER, 2006)

Tomando como regra moldar as preocupações de análise partindo das preocupações das pessoas (os inquiridos), tentar prender-se aos estudos de seus problemas, colocar às claras os conflitos nos quais eles estão implicados, notar a infinidade de laços e de fluxos que integram seu sub-sistema no sistema social geral, o realizador do trabalho escolhe o seu campo. É também uma decisão fundamental para a orientação da pesquisa (KAYSER, 2006),

seguindo o apontamento segundo o qual o pesquisador deve passear longamente, tranqüilamente; que se impregne da atmosfera social; que se procure o que realmente preocupa e distinga nas conversações banais os sinais da tensão profunda (KAYSER, 2006). Dessa forma, apresentamos aqui uma pesquisa que foi primordialmente construída em campo, moldada em campo, mas que ainda assim contou com uma hipótese inicial. A hipótese de trabalho é uma das primeiras armas a se usar no preparo da pesquisa de campo. A repercussão dessas hipóteses sobre a realidade modelará dialeticamente a análise (KAYSER, 2006) e desta forma construímos, com base nas coletas realizadas e em sua análise, este trabalho.

Os materiais coletados se transformaram em um pequeno bloco de anotação de campo e muitos registros digitais que nos ajudaram a reconstruir a história recente da Rua Eugênio Radiante, as mudanças nela ocorridas e a compreender as jornadas dos entrevistados, antes migrantes à procura de emprego na metrópole, posteriormente força de trabalho precarizada e hoje lidos como microempreendedores, pois a análise social deve ser feita a partir do que está no cerne da vida das pessoas, do que condiciona sua existência atual e seu futuro, do que o passado fez deles (KAYSER, 2006).

Nesse estudo foi imprescindível o levantamento social, necessariamente global e globalizante, ainda que aplicado a uma fração, espacializada, ou de forma determinada, da formação social. (KAYSER, 2006), tendo em vista que

A análise da situação deve levar tudo em conta: no fundo, é o que se chama hoje uma análise de sistema. A situação local é, na realidade, um sub-sistema, de metasistema representando a formação social. É preciso, pois, o apreender em termos sistêmicos, recusando o inventário das determinantes – o trabalho geográfico comum – e o estudo cartesiano das estruturas para ir direto ao funcionamento, aos processos. (KAYSER, 2006).

O objeto de estudo então se mostra uma fração de uma realidade complexa e multifacetada e para dar conta de sua análise, nos apoiamos em diferentes pilares teóricos que ora se mesclam, ora destoam entre si, a saber: a economia da industrialização, a mobilização do trabalho, a crítica do valor e o estudo crítico da urbanização, além do processo social de migração. Além disso, nos valem das reflexões de Kayser (2006) acerca do trabalho de campo, muito caro à Geografia.

O estudo da industrialização nos países que esta se deu mais tardiamente mostra que a instalação das indústrias ocorre com base em subsídios por parte dos governos e com o repasse de custos ao trabalhador expropriado, que vê a assistência de suas necessidades por parte do Estado sendo enxugadas em detrimento dos altos investimentos na indústria, que se beneficia da crescente complexidade dos arranjos econômicos e passa a expulsar força de trabalho viva, sendo trocada por capital (SINGER, 1973), com aumento do rendimento do trabalho e diminuição da razão entre salários e produção.

Desta forma, a expulsão de força de trabalho leva boa parte dos trabalhadores ao setor de serviços, que sofre inchaço e com o passar do tempo já não comporta toda a força de trabalho expulsa das funções produtivas, gerando uma massa de sujeitos que não mais se encaixa no mercado formal de trabalho ou que para se encaixar, se submete a trabalhos cada vez mais precarizados e quando não o consegue, opta pela informalidade como último recurso para participar da circulação de dinheiro que medeia o acesso a necessidades convertidas em forma de mercadoria na sociedade moderna, umas mais e outras menos urgentes, a depender de sua natureza, aplicação e contexto.

É neste sentido que tem grande relevância o contexto espacial vivido pelos sujeitos pois é difícil pronunciar-se claramente sobre a natureza e sobre a escala dos fenômenos observados localmente. No entanto, insistimos, somente o estudo da inserção do subsistema local no meta-sistema pode dar um sentido à análise local. (KAYSER, 2006) E é para compreender o lugar dos sujeitos entrevistados que nos procuramos analisar seu passado e seu presente em relação ao mundo do trabalho e à metrópole, levando em conta o fato de que hoje sua vida se dá num acúmulo de tempos e ações que constituem o fenômeno urbano, este que possui vários modos de

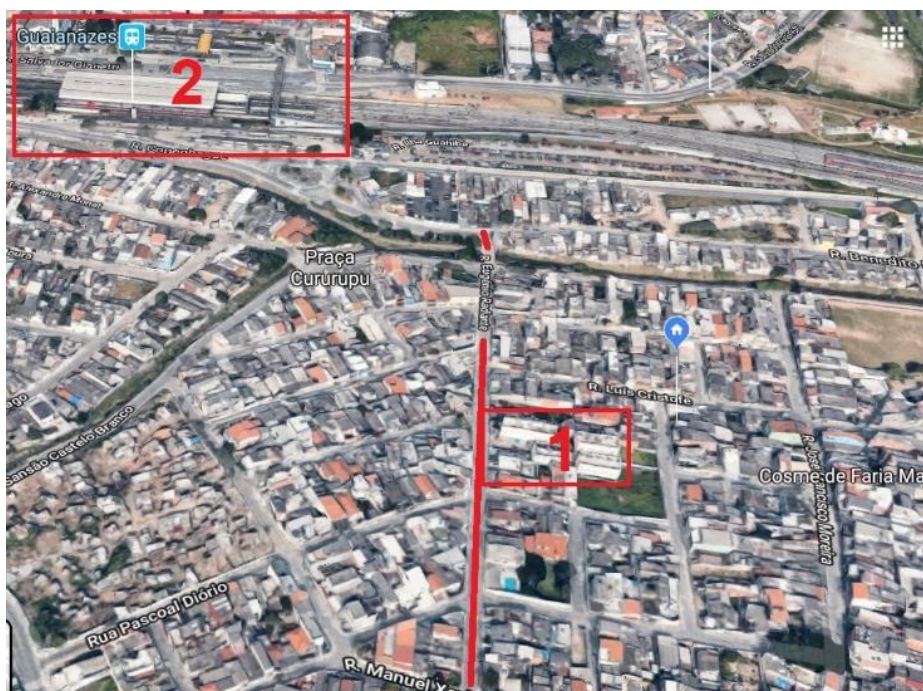
crescimento, cujo teor maior é a aceleração do processo de concentração de população nas cidades; que, por sua vez, define mudanças intensivas das cidades. (DAMI-ANI, 2009)

3. Os microempreendimentos da Rua Eugênio Radiante

O distrito de Guaianases, extremo leste de São Paulo, possuía em 2010, segundo site oficial da Prefeitura de São Paulo, 164.512 habitantes, e é comumente apresentado como bairro dormitório por diversos teóricos devido aos deslocamentos diários empreendidos por seus habitantes em direção ao centro expandido da cidade, onde parte dos moradores em idade economicamente ativa consegue trabalho.

Embora os movimentos pendulares continuem a ocorrer, notou-se um comportamento pouco típico numa rua distante do centro do distrito. Na Rua Eugênio Radiante, situada no Jardim Nova Guaianases, uma série de pequenos estabelecimentos comerciais tem sido aberta por parte de moradores antigos e recentes, entre eles, migrantes vindos de África e América Central. O fenômeno, que já havia acontecido, embora em menor escala, em 2008, quando da inauguração do condomínio (demarcado pelo retângulo vermelho número 1 na Figura 1), reapareceu, desta vez com maior intensidade, mas aparentemente sem nenhuma influência local, posto que não houve, desde a inauguração do condomínio, outro acontecimento que marcasse a área estudada ou suas redondezas.

Figura 1. Parte do Jardim Nova Guaianases visto de cima com a Rua Eugênio Radiante em destaque



Fonte: Google Maps. Acesso realizado em 02/07/2019.

São 11 estabelecimentos abertos nos últimos seis anos entre lojas de produtos alimentícios diversos (sorveteria, minimercados, padaria, lanchonetes) e prestadores de serviços (cabeleireiro, conserto de celulares e eletrônicos), além da sapataria, que funciona na esquina da Rua Eugênio Radiante com a Rua Luís Cristóvão que atraem consumidores locais que diariamente passam pela rua para acessar a estação de trem da CPTM e os terminais de ônibus (demarcados pelo retângulo vermelho número 2 na Figura 1) e o centro do distrito, onde funcionam grandes lojas, supermercados e serviços públicos, e que deixaram a questão: *se não houve agente local que modificasse o cotidiano da área, qual o motivo do novo surto de abertura desses estabelecimentos?*

Por ser a ligação do Jardim Nova Guaianases com a estação da CPTM e com o centro de Guaianases, a Rua Eugênio Radiante é uma das principais vias de circulação daquele, o que significaria um fluxo razoável de clientes em potencial para os pequenos estabelecimentos, mas dentre os estabelecimentos hoje em funcionamento, apenas um bar, um açougue e uma quitanda não encerraram sua atividade comercial, sendo esta última o estabelecimento mais antigo em funcionamento na rua,

aberta por volta de 2014, segundo seu dono. A rua era, então, majoritariamente residencial, mas o cenário passou a mudar e assim as casas têm sido reformadas para ser alugadas aos pequenos comércios, que ora abrem, ora fecham.

Na primeira onda de abertura de pequenos comércios na rua, os imóveis não chegaram a sofrer reformas para abrigar os estabelecimentos comerciais, diferente do cenário encontrado atualmente, em que as casas passaram por reformas grandes, às vezes completas, deixando por vezes de serem residenciais, tornando-se imóveis apenas comerciais. Hoje, o comércio da rua em questão gira em torno do ramo alimentício, enquanto os serviços são diversos, de cabeleireiro e barbearia a conserto de celulares e calçados. São estabelecimentos geralmente mantidos pelo trabalho de seus donos e donas, contando por vezes com um funcionário, geralmente do núcleo familiar destes, como demonstraram as investigações de campo realizadas no local. Seus rendimentos anuais se encaixam na categoria de MEI², além do emprego máximo de um funcionário, ao que são exceções apenas o açougue e a sorveteria/venda de açaí.

Os microempreendimentos desta rua funcionam quase todos de segunda a domingo, tendo diferentes horários de funcionamento de acordo com seu público específico e com seu ramo de atuação. A sorveteria, de onde conseguimos pouca informação, por exemplo, funciona das 13:00 às 22:30, já os outros estabelecimentos funcionam a partir das 07:00 e 08:00 e encerram em horários diversos, sendo a adega e o minimercado os que funcionam por mais horas diárias, abrindo por volta das 09:00 e encerrando por vezes depois das 22:00.

Empregam força de trabalho externa ao núcleo familiar o bar, a sorveteria, o açougue (apesar de empregar apenas parentes próximos), e a adega. Os funcionários geralmente não são registrados em carteira e recebem por mês cerca de R\$1.200,00 (mil e duzentos reais) a R\$ 1.600,00 (mil e seiscentos reais), a depender da função que desempenham. O ritmo de trabalho não é intenso durante toda a semana em nenhum dos estabelecimentos, tendo todos, porém, dias e horários de maior fluxo, como o bar de Luiz, que aos finais de semana chega a receber cem pessoas no salão e a atender mesas do lado de fora.

² Categoria jurídica usada para definir sujeito autônomo que se legaliza como Microempreendedor individual, tendo no máximo um funcionário e acesso a programas de crédito diferenciados para fomentar a atividade.

A relação patrões-empregados existe em todos os estabelecimentos onde há pessoas externas ao núcleo familiar trabalhando, o ambiente, no entanto é de solidariedade entre as partes e nota-se que o trabalho dos proprietários é estendido para fechar as contas do mês referentes aos salários, alugueis e despesas com estoque. Sobre o fechamento das contas, Luiz afirma, apoiado por Ana, sua funcionária, que nunca atrasa os salários e as contas do bar, mesmo que para isso diminua seu lucro mensal. Luiz não faz a contabilidade de seu salário, considerando lucro mensal o dinheiro que sobra para si após o pagamento de salário e das despesas do bar.

Os aluguéis são comuns a todos os estabelecimentos, sendo que os mais altos são pagos pelo açougue, pelo bar e pela quitanda, que também têm os maiores espaços e infraestrutura, e é preocupação de todos os comerciantes entrevistados, apesar de variarem e não serem mais altos que a média para o distrito de Guaianases. Deles são geralmente descontados os reparos feitos nos imóveis, mas não as melhorias para o ambiente do comércio, como as realizadas no bar de Luiz.

Com exceção da adega e do minimercado, que pertencem à mesma família de nigerianos, composta por mãe, pai e filha, os microempreendedores entrevistados são migrantes nordestinos que vieram para São Paulo entre meados da década de 1980 e final da década de 1990, ou são filhos da geração que chegou na metrópole paulista até a década de 1990.

A sapataria, que fechou em 2021, no interregno da pesquisa realizada e da escrita do presente trabalho, representava um ponto fora da curva entre os micro empreendimentos analisados não só por seu tempo de existência, que data de cerca de vinte anos, mas também por seu horário de funcionamento e administração. Ela funcionava entre as ruas Eugênio Radiante e Luís Cristofe, situando-se na esquina. Seu funcionamento, de segunda a sexta, das 09:00 às 17:00 e aos sábados, das 10:00 às 15:00 despertou curiosidade, que foi respondida pelos ex proprietários, um casal jovem, filhos de migrantes nordestinos e nascidos ambos em São Paulo, que herdou do pai do noivo a sapataria e, depois de uma reforma, passou a administrá-la com base em aprendizados obtidos em palestras realizadas pelo SEBRAE.

São a única fonte de renda das famílias entrevistadas a sapataria³, a adega e o minimercado, o bar e o açougue. Os donos dos outros estabelecimentos, como a quitanda, têm complementos do trabalho de filhos, cônjuges e até do próprio trabalho, tendo dupla jornada e deixando de folgar aos finais de semana para trabalhar no próprio negócio e bem como Luiz, os outros micro empreendedores também não fazem a contabilidade de seus salários individuais, não apenas porque a força de trabalho é majoritariamente integrante do núcleo familiar, mas por considerarem lucro todo o dinheiro que sobra após a quitação das obrigações financeiras dos empreendimentos.

Apesar da baixa complexidade da contabilidade realizada pelos micro empreendedores da Rua Eugênio Radiante, um fator comum a todos os estabelecimentos visitados foi a atenção que despertou no SEBRAE, tendo todos os entrevistados e entrevistadas relatado que já foram ao menos uma vez procurados por representantes da entidade, sendo convidados a participar de cursos e palestras, o que levou o casal proprietário da sapataria a implementar o uso de máquina para pagamento com cartão, Pierre da quitanda a instalar um caixa de supermercado e outros micro empreendedores a realizarem reformas e investimentos na infraestrutura que os levaram a procurar programas de crédito destinados a microempreendimentos.

³ Agora fechada por conta da baixa rentabilidade do empreendimento.

4. Do campo à metrópole

À medida que penetramos no tema origem dos migrantes entrevistados, somos levados ao contexto de expulsão do campo para a cidade, do nordeste brasileiro em direção ao sudeste desde meados do último século, tendo este fluxo migratório diminuído nas últimas décadas do século XX, período de chegada a São Paulo da maior parte de nossos entrevistados, o que justifica uma formação um pouco diferente para o Jardim Nova Guaianases quando comparado ao Jardim Ibirapuera⁴.

Em comum entre os entrevistados a expulsão do campo por fatores destacados por Singer(1973) e definidos pelo autor como de *mudança* e de *estagnação*, o que compreendemos como diferentes momentos do mesmo processo de expropriação de pequenos proprietários rurais, seja esta expropriação causada pela dificuldade de concorrência com os preços conseguidos por grandes proprietários, que estão geralmente ligados à alta produtividade do trabalho, ou pela pressão territorial, que limita a quantidade de terras agricultáveis disponíveis. Deste processo resultou a migração dos ex proprietários e da força de trabalho que empregavam em suas terras, mesmo que esporadicamente.

É o que ocorreu especialmente com as famílias de Luiz e Pierre, ambos filhos de famílias numerosas que obtinham seu sustento lavrando as pequenas propriedades das quais eram donos, vendo-se cercados por falta de investimento por parte do poder público e pelas dificuldades de competir com produtores maiores, que foram chegando às redondezas de suas cidades de origem e dominando o pequeno mercado local, e às terras ao redor das propriedades familiares, se viram pressionados a migrar, pois já não encontravam trabalho fixo ou eventual onde moravam e não tinham terras suficientes para manter a si e à família, pois

Com o desenvolvimento das forças produtivas o capital aumenta o GRAU de exploração, mas com isso ele mina o FUNDAMENTO e o OBJECTO da exploração, a produção de valor como tal. Pois a produção de mais-valia relativa como cientificização do processo de produção material inclui a tendência para eliminar o trabalho produtivo directo vivo como única fonte de criação de valor no plano social global. O mesmo movimento que aumenta a participação rela-

⁴ GIAVAROTTI, 2012.

tiva do capital no valor novo reduz a base absoluta da produção de valor através da eliminação do trabalho produtivo directo vivo". (Kurz, 1986, p. 28, destaque no original). (SCHOLZ, 2013)

O desmembramento de famílias é uma das mais recorrentes humilhações às quais são submetidos os migrantes. A este respeito, Martins(1986) mostra que a condição de migrante causa um rompimento social que muitos anos de permanência no lugar de destino não são capazes de sanar, pois como cita o autor, valendo-se de Oliveira et ali (1982) "Eu estou em São Paulo pensando na Bahia (...). São Paulo eu estou lá presente; e a Bahia eu uso no pensamento.". Assim, estando no lugar de origem a visita ou por ter retornado permanentemente, o migrante é quase um estranho pelo tempo em que esteve ausente, e estando no lugar de destino não se sente pertencente, pois não possui raízes neste.

Ainda assim, como aponta Singer,

O estereótipo de que os migrantes vêm à cidade grande iludidos, com esperanças falsas de prontamente se integrar à sociedade de consumo está a merecer uma crítica bem fundamentada. Uma hipótese que valeria a pena ser verificada é que os principais fatores de atração da cidade são constituídos pelos laços sociais, decorrentes de uma situação de classe comum entre migrantes antigos e novos. (SINGER, 1973)

o migrante raras vezes migra sem o apoio de familiares ou amigos, com a inocência de quem parte para o desconhecido. Apesar do mercado nas décadas de 1980 e 1990 já não se mostrar tão receptivo e não ofertar tantos postos de trabalho quanto ocorria entre 1960 e 1970, quando da constituição do Jardim Ibirapuera, os entrevistados decidiram migrar por conta da dificuldade de obterem sustento em seu contexto de origem e pelas experiências a eles relatadas por parentes e amigos que já haviam percorrido o mesmo trajeto em direção à capital paulista, é o que o autor destaca ao apontar que os migrantes no geral não se deslocam em direção aos centros urbanos sob influência de visões românticas do trabalho na metrópole, mas sim por conta da rede de apoio que lhes é oferecida, o que lhes garante alguma segurança de que na cidade conseguirão se manter e reproduzir vendendo sua força de trabalho.

Destarte a ajuda de redes de amigos e familiares que migraram anteriormente constitui um importante apoio que pode se dar de diversas formas, com destaque para a social, por meio de indicações e do compartilhamento de experiências prévias, e a material/financeira pois os laços de solidariedade familiar, de origem comum, etc., que refletem situações de classe social, desempenham um papel de suma importância na integração do migrante à economia e à sociedade do lugar de destino (SINGER, 1973), como no caso de Luiz, que morou na casa de seus tios por meses até conseguir por meio de seu trabalho no aeroporto de Guarulhos, juntar dinheiro suficiente para comprar um terreno em Guaianases e lá começar a construir sua casa.

Mesmo com o suporte de familiares e amigos, Luiz e Pierre lastimam ter deixado a maior parte da família, com destaque para os pais na cidade natal e afirmam sentir falta dos que não migraram, tentando ambos matar as saudades em viagens que se dão em intervalos nunca menores que um ano, podendo ter o intervalo estendido muitas vezes por conta do alto custo da viagem de ida e volta para o núcleo familiar que constituíram em São Paulo. Vemos então que a família e os laços sociais e afetivos podem ser abalados ou rompidos temporariamente ou de forma permanente quando o migrante se sujeita a migrar, iniciando o caminho até o lugar de destino, que muitas vezes não é o lugar para onde se dirigem inicialmente, o oposto do que mostra Singer (1973) sobre as classes mais altas do lugar de origem:

Os migrantes da pequena burguesia não são, como os trabalhadores, expulsos da área devido ao aniquilamento de seus meios de vida. Eles fogem da estagnação econômica e social, da falta de perspectivas de mobilidade social. Possuindo mais recursos e um horizonte cultural mais amplo, sua trajetória poderá levá-los de imediato a cidades maiores. (SINGER, 1973),

O que aparece também na história de Luiz.

Mas o apoio que permite ao migrante um fôlego inicial na chegada à metrópole também pode desdobrar-se em problemas de convivência entre o ajudado e sua rede de suporte. Luiz conta que foram diversos os atritos entre ele e sua tia, esposa do irmão de seu pai, que recebeu o jovem nos primeiros meses que anteciparam a mudança para Guaianases e a compra de seu terreno, com a construção da casa em que veio morar com a esposa, com quem até então não havia se casado. O casal precisou de esforço em conjunto e endividamento para concluir a construção e assim se livrar do constrangimento de estar sob o teto de terceiros, apesar de parentes, e precisarem

se submeter a regras e situações com as quais não concordavam e que os colocava em situação ainda mais frágil em relação a seus anfitriões, apesar de que

a incorporação de novos núcleos familiares num mesmo lote (ou meio lote) pode funcionar como uma redução de custos para todos que aí vivem, o que não realiza-se necessariamente como um trampolim para uma moradia mais adequada ao sonho familiar, daí o que deveria ser temporário torna-se algo permanente. O que parece ocorrer aqui é a reposição de uma “solidariedade forçada” (Maricato, 1982: 71) a que os familiares que tem “propriedade” no Jardim Ibirapuera dispõem-se a se submeter tendo em vista ajudar familiares nucleares ou então bem próximos. (GIAVAROTTI, 2012)

O caso de Luiz não muito é diferente do de Larissa, funcionária da adega da família de Ângela, que morou com a tia, que vivia sozinha em Guaianases, até onde conseguiu aguentar a situação conflituosa, que se deu em decorrência do relacionamento que teve com o pai de dois de seus três filhos, com quem tentou morar, terminando por juntar uma pequena quantia de dinheiro para pagar sozinha o aluguel da casa onde vive agora com os dois filhos mais novos, de três e sete anos. A funcionária manda uma quantia por mês para a Bahia, onde vive a filha mais velha, de quatorze anos, com seus pais, um fluxo de dinheiro que ratifica o que Singer (1973) repara na distinção de classe no processo migratório:

Muitos migrantes deste grupo – integrantes da pequena burguesia rural - serão jovens solteiros (ao contrário dos migrantes proletários, cujas características demográficas serão as mais próximas das do conjunto da população de origem, que tentarão sua sorte no meio urbano amparados pela família que permanece na propriedade rural. Parte dos que fracassam retornarão à área de origem, possibilidade que é muito menor para os migrantes de condição proletária. (SINGER, 1973)

Sua história nos coloca um corte que divide patrões e empregados mesmo tendo como pano de fundo a baixa lucratividade dos empreendimentos estudados, a saber, a diferença entre os que acumularam capital suficiente para sustentar a atividade empreendedora que lhes permite não mais se sujeitarem às más condições que enfrentaram no mercado de trabalho, e sim submeter outros a seu comando. Apesar de estarem ainda submetidos ao aluguel e a rotinas de trabalho exaustivas, que têm como base a auto-exploração e na não remuneração de seu tempo integral de traba-

lho, os microempreendedores assumem a posição de patrões perante seus empregados, externos ou não ao núcleo familiar, assumindo esses dois tipos diferentes papéis no estatuto de submissão ao patrão.

Quando o empregado integra o núcleo familiar do patrão, este mobiliza o trabalho daquele com base não só na hierarquia colocada pelo posto de patriarca ou matriarca,

É preciso deslocar o sentido estratégico da família enquanto pressuposto e condição da venda da força de trabalho por parte do sujeito masculino, sendo mais coerente reconhecer o sentido estratégico da família a partir da sugestão de Durham, enquanto “unidade de rendimentos” (2004:243), conquistados, ora pelos pais, ora pelos filhos, no mercado de trabalho formal e/ou informal, que não nega o momento anterior mas o inclui de outra maneira. O que não implica em igualdade de decisões quanto aos usos que podem se dar para a esses rendimentos conquistados, o que nos remete novamente à questão da hierarquia masculina e patriarcal inscrita na própria constituição familiar e social. (GLAVAROTTI, 2012),

mas também na necessidade de obter força de trabalho mais barata para o microempreendimento, que geralmente vem de filhos, irmãos – estes quando em situação de dependência material do microempreendedor - e esposos quando qualquer um destes não têm trabalho fixo fora de casa, não trazendo assim dinheiro com frequência para manter as necessidades da família, cedendo à pressão familiar para trabalhar em seu tempo livre no microempreendimento da família, já que “O todo social não pode ser dividido em uma parte capitalista e uma parte patriarcal. Ambos pertencem um ao outro, sem no entanto serem idênticos.” (SCHOLZ, 2013). É o que acontece com Estela, Paul e com os filhos de Pierre.

No caso de empregados externos ao núcleo familiar, os que não têm relação de parentesco são empregados após procurarem emprego e o encontrarem nos pequenos negócios da Rua Eugênio Radiante. Os que têm relação de parentesco, como os funcionários do açougue de Rogério, são geralmente empregados sob o estatuto da ajuda mútua, onde os empreendedores se tornam rede de apoio dos empregados, que no geral chegaram a São Paulo anos depois de seus empregadores, não tendo àqueles sido possível se encaixar no mercado de trabalho formal ou juntar o capital

necessário à abertura de seu próprio negócio, o que afirmam ser bastante almejado, já que

quando personificam o trabalho é a aparência de ascensão social que ganha proeminência, pois deixaram de ser “pau-mandado de patrão” e vão ser donos do próprio negócio, fazer as coisas por si, para si e para sua família, como diz Rói. Em suma tornar-se empresário, proprietário de um pequeno estabelecimento, ainda que de baixíssima capitalização. (GIAVAROTTI, 2012)

O corte percebido nos coloca então duas questões sobre a origem dos empregados e dos empregadores, a primeira, trazido por Singer(1973) destaca a importância da origem familiar, pois entre os entrevistados não foi encontrado amparo financeiro familiar por parte de parentes que não migraram, ou seja, não ocorreu o que ocorre com filhos de donos de terras apontados pelo autor, que com o sustento garantido pela família, se dirigem ao centros urbanos para estudar e trabalhar em empregos que exigem maior escolarização. A segunda diz respeito à origem temporal do processo migratório de cada um dos sujeitos: entre todos os migrantes brasileiros que trabalham na rua estudada, tanto patrões como empregados que migraram primeiro tiveram mais sucesso em conseguir empregos fixos no mercado de trabalho e de acumular capital através da venda de sua força de trabalho. Esta discrepância mostra não apenas a diferença encontrada na metrópole quando de sua chegada, mas no lugar de origem entre os momentos de migração de uma e outra parcela de seus habitantes.

É claro que o processo de expulsão não é homogêneo entre todas as classes de um só lugar, pois como coloca Singer (1973) a primeira determinação de quem vai e de quem fica é social ou, se quiser, de classe, bem como entre os diferentes lugares, pois o processo de acumulação de capital e de concentração de terras também não chega da mesma forma e ao mesmo tempo em todo o território nacional, sendo que esta chegada diz respeito à possibilidade de obtenção de lucro nas atividades que se estabelecem nas terras tomadas e esta depende diretamente da infraestrutura encontrada nos arredores, o que está a cargo do poder público, tal como mostra o autor sobre a instalação de indústrias, que tendem a ocupar lugares onde a há acesso a serviços como o saneamento básico, eletricidade e rodovias pavimentadas.⁵

⁵ Aqui levamos em conta que as comunidades mais distantes e com menos acesso a rodovias pavimentadas ou a portos passam pelo processo de expropriação e de concentração de terras depois das menos remotas e com maior acesso a tais infraestruturas, bem como à água e energia elétrica.

Neste contexto, porém, para que não sejamos induzidos ao erro de considerar iguais a atração que a infraestrutura exerce sobre a chegada da expropriação de pequenos proprietários que se mantêm e reproduzem com a agricultura familiar e a causa de sua migração para a metrópoles, abaixo discorreremos sobre a falsa impressão de polo de atração exercida sobre os migrantes expropriados por parte da infraestrutura urbana presente em seus lugares de origem, que remontam à instalação das indústrias nas grandes cidades brasileiras e sua concentração populacional.

Como vimos acima, em Guaianases, diferente do Jardim Ibirapuera (GIAVAROTTI, 2012), os entrevistados que não nasceram em São Paulo não vieram para a cidade para trabalhar na indústria, mas no setor de serviço. A outra parcela é composta pelos filhos, sobrinhos e irmãos mais novos desta geração, estes últimos se estabeleceram no bairro por meio de familiares e conhecidos, em complexos arranjos familiares e sociais, enquanto aqueles nasceram e cresceram em Guaianases.

A geração de empreendedores encontrada na área estudada, diferente de seus pais, que por vezes trabalharam na indústria ou na construção civil, ou nunca deixaram suas terras no interior nordestino, trabalhou no setor de serviços antes de iniciar a jornada como microempreendedor, o que revela a mudança no perfil das atividades realizadas pelos trabalhadores e trabalhadoras no interior do sistema capitalista da década de 1970 para 2010. Não foi encontrado entre os entrevistados quem tenha trabalhado na indústria, uma hipótese que justifica tal resultado é o limite de idade dos entrevistados, que não passou de 50 anos.

Os trabalhadores que deixaram seus empregos, todos do setor de serviços, para empreender o fizeram por motivos diversos, como os baixos salários, as árduas jornadas de trabalho, a distância entre a casa e o trabalho, acidentes de trabalho (que resultaram em sequelas físicas) e o que chamaremos aqui de discurso empreendedor, posto que entrevistados que não narraram insatisfação com o emprego anterior à atividade também afirmaram que a ideia de aumentar a renda por meio do próprio negócio e empregar pessoas das redes familiares e sociais é uma opção mais vantajosa que a venda da força de trabalho.

A história recente de Guaianases também não pode ser divorciada da chegada de migrantes africanos e haitianos. Entre os comércios visitados, dois pertencem à mesma família de migrantes nigerianos, sendo os estabelecimentos gerenciados pela

mulher, com o auxílio de sua filha e de seu esposo, todos nigerianos, além de empregar uma funcionária brasileira, natural do estado da Bahia.

O comércio, que sempre foi a fonte de renda da família entrevistada, antes de se estabelecer em Guaianases, tinha contornos globais, pois o esposo de Ângela, Paul, fazia constantes viagens da África para o Brasil e para outros lugares do mundo, tais como Europa e outros países da América Latina, para comercializar perfumes, joias e outros produtos de origem africana, que eram adquiridos por quantias mais baixas na Nigéria e arredores e comercializados a preços vantajosos em outras partes do mundo.

A família, no entanto, se estabeleceu em São Paulo por meio de uma rede de conhecidos e assim, há dez anos fixou-se aqui. Primeiro, pela chegada de Paul, depois de Ângela e de Estela, uma das filhas do casal que deixou outros três filhos na Nigéria. A abertura do primeiro comércio da família no Brasil já no endereço atual foi aberto com o dinheiro conseguido por Paul, e posteriormente por Ângela, com a venda dos produtos importados da Nigéria.

A filha do casal narra que sua jornada de trabalho no comércio da família toma seu tempo de estudo e diminui suas chances de ingresso na universidade. Estela trabalha todos os dias da semana no comércio da família desde o horário em que chega da escola até às 21:00 ou 22:00, jornada que se repete aos sábados e domingos, mas desde o período da manhã. A garota, de 19 anos, deseja ser médica e pretende prestar vestibular e ingressar na faculdade no próximo ano, já que concluiu o ensino médio em 2019.

O trabalho de Ângela e Paul segue o mesmo ritmo que o da filha, que narra ainda que tanto ela quanto os pais pouco conhecem da cidade de São Paulo, embora o pai tenha chegado aqui pela primeira vez cerca de dez anos atrás e a família já esteja estabelecida aqui há três anos. A jornada de trabalho da família diz respeito à baixa lucratividade dos comércios e também à auto-exploração do trabalho.

Entre os brasileiros, a maior parte dos comércios foi aberta e é administrada por homens. Sua idade não passa dos 50 anos e o trabalho familiar é recorrente. Houve entre os entrevistados, porém, uma grande divergência entre os motivos pelos quais os comércios foram abertos. O dono da quitanda, o comércio mais antigo ainda em atividade na rua, Pierre, afirma ter aberto o comércio com o dinheiro acumulado em anos de trabalho na capital paulista. Ele deixou o estado de Pernambuco e chegou

a São Paulo procurando emprego quando tinha por volta de 20 anos e aqui se estabeleceu trabalhando como estoquista e posteriormente como supervisor de estoque na zona cerealista. Pierre nunca deixou seu emprego e em seu estabelecimento trabalham sua esposa e um de seus quatro filhos durante a semana, enquanto ele trabalha em seu emprego formal, com registro em carteira de trabalho, e tem expediente aos domingos em seu próprio negócio.

Já no caso de um dos bares da rua, seu dono, Luiz, chegou a São Paulo deixando a cidade de Itaeté, Bahia, na Chapada Diamantina, e se fixou na metrópole aos 18 anos, começando a exercer o cargo de operador e transportador de carga no aeroporto de Guarulhos aos 20 anos. O trabalho, com registro em carteira, porém, deixou em Luiz uma sequela: este se acidentou num dos terminais de carga enquanto trabalhava e passou nove anos afastado do trabalho, recebendo salário, mas sem jamais ter conseguido se aposentar.

Como sequela do acidente de trabalho, Luiz tem os movimentos das duas mãos limitados, ele não pode carregar peso e não consegue movimentar completamente as mãos, porém sua aposentadoria foi negada por vezes, o que o levou a desistir do processo e, devido ao baixo salário que recebia, embora integral, durante os anos em que esteve afastado do trabalho, ele adquiriu uma churrasqueira portátil e passou a vender espetos na frente da estação de Guaianases em seu primeiro ano de afastamento.

A venda de espetos de Luiz evoluiu e com o passar do tempo ele, que é casado há vinte anos e tem três filhos com a esposa, conseguiu comprar outros equipamentos e ampliar seu negócio, tendo ao final de nove anos de afastamento, sido finalmente desligado do emprego e passado a obter sua renda apenas da venda de espetos e bebidas. Luiz começou a vender espetos em meados de 1999, quando se acidentou, e abriu seu atual comércio há cerca de quatro anos. O bar hoje emprega dois de seus filhos e uma funcionária externa ao núcleo familiar.

Entre os entrevistados, também houve quem tenha deixado o emprego com registro em carteira pela possibilidade de aumentar a renda e de empregar parentes e amigos e quem tenha optado pelo empreendedorismo por conta da árdua jornada de trabalho, que oferecia, porém, salário satisfatório. Nestes dois casos, o discurso em torno do ato de empreender teve forte peso na tomada da decisão.

Tanto no caso de Rogério, que deixou de trabalhar como açougueiro em um açougue onde tinha registro em carteira e recebia um salário considerado satisfatório,

quanto Jéssica, que deixou de trabalhar como secretária por conta da dupla jornada (trabalho e estudos), consideraram que a abertura do próprio negócio, por parte dele, e a participação na administração da sapataria do esposo, Felipe, por parte dela, seriam oportunidades para crescimento pessoal e aumento de renda em médio prazo.

Entre os entrevistados e entrevistadas, os motivos para a abertura do próprio negócio tiveram diversos motivos, com repetição de alguns mais comuns, como o aumento da renda e a dificuldade de conseguir emprego por parte própria ou de familiares, embora o dinheiro para a abertura do próprio negócio tenha variado entre empréstimos com familiares e conhecidos e o acúmulo do capital inicial por meio do próprio trabalho anterior, geralmente registrado.

Com as jornadas de trabalho aqui descritas é tirado o sustento integral da família da maior parte dos microempreendedores, alegando alguns, como Rogério, dono do açougue, ter adquirido bens como automóveis com os proventos do estabelecimento. Diferente do que acontece com a família de Ângela, que mesmo trabalhando integralmente nos dois microempreendimentos dos quais é dona, não conseguiram ainda adquirir bens ou melhorar as condições de vida, apesar de afirmarem que suas condições são muito melhores que as de outros nigerianos, que não têm um negócio próprio. Também não adquiriram bens o casal Jéssica e Felipe, ex-donos da sapataria, que diziam ser necessário fazer uma poupança e organizar as finanças para cobrir os meses em que os rendimentos da sapataria não eram suficientes para arcar com os gastos familiares.

5. Reorganização das relações entre vizinhos por meio do aluguel

Comum a todos os microempreendimentos analisados, dos mais recentes aos mais antigos, o aluguel reorganiza o espaço da área analisada, altera as relações e gera conflitos entre vizinhos além de fazer parte das causas que levam ao fechamento dos pequenos estabelecimentos da Rua Eugênio Radiante. Do custo aos conflitos, os alugueis são relatados como motivo de preocupação e colaboram para que os microempreendedores entrevistados sintam maior insegurança e instabilidade na gestão de seu negócio.

O custo dos aluguéis pagos pelos entrevistados varia muito, levando em conta o tamanho do imóvel alugado, sua condição e estrutura, sendo que os mais altos são pagos pelo açougue de Rogério e pela quitanda de Pierre que possuem esta, maior tamanho, e aquele melhor estrutura e comodidade devido a reformas realizadas tanto pelo proprietário do imóvel quanto por Rogério no decorrer dos anos em que aluga o ponto comercial, descontando as melhorias feitas no imóvel, com exceção das feitas exclusivamente para comportar o açougue, pois não são interessantes ao proprietário.

Considerando-se a condição de distrito periférico que tem Guaianases, os aluguéis na rua não são mais altos que a média para imóveis comerciais no local, corroborando a existência de

(...) uma plasticidade dessa realização dos rendimentos da propriedade da terra: vai desde sua remuneração, nos termos dos juros internacionais, até toda ordem de rentismos, que levam a um mercado popular da habitação, cuja ordem de remuneração pode chegar ao que Marx designa como dinheiro evanescente, aquele dinheiro cotidiano, que cabe, ainda que eventualmente, no bolso da população proletarizada (DAMIANI, 2016).

Pois, segundo informações obtidas em imobiliárias locais e com os microempreendedores, se ajustando às condições dos locatários, seguindo a máxima de que no caso do pobre urbano, tanto o aluguel, como a venda da casa, ou do terreno, a crédito, vão se ajustando aos residuais rendimentos do trabalho (ibidem), sendo o aluguel aqui uma das bases do modo por meio do qual os sujeitos se inserem no processo de circulação de dinheiro para terem acesso a mercadorias, especialmente por se tratar de aluguel comercial que diferente do residencial não garante ao sujeito proximidade

com o lugar onde vende sua força de trabalho, mas garante o próprio lugar onde realiza a atividade que lhe rende dinheiro para trocar por suas necessidades.

Nos casos encontrados, os locatários, se não pudessem pagar o aluguel, não teriam espaço fixo de onde tirar sua renda, tendo então de lidar com a insegurança do trabalho não regularizado nas vias e transporte público no caso de não lhes ser possível realizar a atividade em sua residência.

O relato de Luiz sobre a época em que trabalhava com a barraquinha de espetinhos mostra o desconforto causado pelo trabalho sem ponto fixo e esforço para sair da modalidade. Segundo ele, os anos em que trabalhou com a barraquinha, que antes de ser uma barraquinha propriamente dita com guarda-sol, era apenas uma churrasqueira portátil que instalava em frente ao terminal de ônibus de Guaianases, saída da estação de trens da CPTM, foram difíceis pois lidava com o cansaço, a exposição às mudanças de temperatura.

Luiz: “Era difícil, viu... não começava cedo, não, mas ia até tarde... Ficava lá de tarde até onze e meia da noite. E vendia, como vendia! No começo o povo não comprava muito, não, mas daí fui aprimorando o tempero, o preparo, comprando de quem tinha carne melhor, e fui conquistando a clientela, até que o povo começou a comprar sempre e eu fui comprando uma coisinha aqui, outra ali pra melhora, porque tem que melhorar... Mas no começo eu nem cadeira tinha, ficava era de pé, mesmo, o dia todo de pé... era sol, chuva, mas na chuva tinha que sair correndo, daí eu pensei ‘Vou comprar um guarda-sol!’ e comprei! Deu uns dois meses eu comprei e coloquei lá, e fui comprando mais coisa conforme juntava um dinheirinho, investia o que dava lá, o que sobrava, né?! Não sobrava muito, não, porque foi difícil e só eu podia trabalhar, minha mulher tinha as duas crianças pra cuidar, mas eu me orgulho, viu! Sofri muito, mas fui conquistando minhas coisas, até chegar nisso aqui que você tá vendo: o bar. Nossa, foi uma alegria e um alívio, viu! Hoje eu não passo mais sufoco, não, mas mantenho o carrinho de churrasco com a barraquinha ali fora, que meu menino toma conta, porque rende pouquinho, mas é a lembrança daquela época. (...) Era muito difícil, mas eu fiz muito amigo trabalhando na rua, fiz amigo até correndo do ‘rapa’⁶¹”

⁶ Referência às ações policiais para tirar ambulantes das ruas e calçadas públicas da cidade.

O bar aparece nas falas de Luiz como uma conquista da qual se orgulha, mas ainda assim é seguido de reclamações acerca da relação estabelecida com os proprietários do imóvel.

Luiz: “Isso aqui é meu sonho, mas ainda não é um sonho completo, não. Eu quero chegar num ponto em que eu compre isso daqui pra ser meu, mesmo... quero trabalhar no que é meu! Quero um prédio de dois andares porque daí eu em baixo faço o bar e em cima uma pista pro forró. (...) É que ó, isso daqui, eu botei dinheiro aqui, né, mas a dona não desconta, não. Esse salão aqui eu consertei teto, troquei fio de eletricidade que tava tudo ruim, tudo falhando, mas ela não deixa descontar de jeito nenhum... só pintura das paredes, massa onde precisa e goteira do teto que ela vez ou outra desconta, mas ainda não desconta tudo, não... mas vou fazer o que?! Sem isso daqui eu não trabalho, eu preciso do espaço, eles sabem que eu preciso, daí fazem e desfazem. Eu continuo pagando, pago certinho, nunca falta, nunca atraso nem nada, mas quando der pra sair daqui pra algo meu, nossa! ”

Com o mosaico de entrevistas obtidas, percebe-se que os aluguéis desempenham papel duplo na organização econômica da rua: ao mesmo tempo em que são motivo de preocupação dos microempreendedores entrevistados mês a mês são para os proprietários dos imóveis parte importante de sua renda, a complementam quando não é suficiente para os custos da reprodução familiar e garantem certa segurança financeira, de forma similar à relatada a Giavarotti em seu estudo sobre o Jardim Ibirapuera:

Daniel me disse certo dia que diante do que recebe de aposentadoria as rendas que consegue auferir alugando os três cômodos localizados bem na frente do lote, voltados para a rua, ajudam bastante na reprodução dele e de D. Benedita: “Eu tenho um salãozinho aí que me rende um aluguelzinho. Pouca coisa mas ajuda bastante” (sr. Daniel). No caso, sr. Daniel os aluga para três estabelecimentos comerciais: um bar, uma assistência de máquina de lavar roupa e outra de eletrodomésticos e aparelhos eletrônicos. Seu filho Daniel também auferia renda de pelo menos um dos três cômodos que construiu na altura da rua, alugando-o para uma senhora que confecciona roupas para uma empresa, como terceirizada. (GIAVAROTTI, 2012)

Alguns dos imóveis são ocupados por moradias e seu uso pelos microempreendimentos são para alguns dos proprietários um complemento de renda, estes geralmente têm famílias menos numerosas e emprego fixo, já no caso do imóvel que

abriga a sorveteria, a padaria e uma pequena lanchonete, a família tem no imóvel sua mais importante fonte de renda, posto que é bastante numerosa e nem todos os membros em idade economicamente ativa têm trabalho fixo, configurando um bom exemplo da casa proletária, que se realiza como lajes sobrepostas, abrigando famílias estendidas, e/ou rentismos menores, de quem mora na parte mais nobre, geralmente a de baixo. (DAMIANI, 2016).

Nesta família, o desemprego de parte de seus membros faz com que o aluguel assegure a manutenção e reprodução familiar, mesmo nem sempre sendo suficiente. Relatos de uma das filhas do proprietário original, do qual herdou parte do imóvel onde vive com a mãe, fazem menção a atividades como a coleta de reciclagem para suprir as necessidades não cobertas pela parcela que recebe dos alugueis do que antigamente foi quintal e garagem da casa onde vive com mais três irmãos, duas cunhadas e cinco sobrinhos, além da mãe.

Em comparação com os relatos obtidos no Jardim Ibirapuera por Giavarotti (2012), no Jardim Nova Guaianases o cenário encontrado quanto ao aluguel na Rua Eugênio Radiante é bastante intenso, dado que todos os pontos comerciais da rua aqui analisada são alugados e poucos possuem contratos regulamentando o que é ou não permitido a locatários e proprietários dos imóveis, acabando esta situação em conflitos que se estendem por anos, como no caso do casal Jéssica e Felipe com a proprietária do imóvel onde funcionava a sapataria:

Jéssica: “No final de 2018 a gente saiu de férias, fechou aqui e eu pretendia pintar, já tinha até comprado a tinta, era pra ser azul né?! Daí a dona do imóvel viu que a gente tinha fechado por uns dias, mandou o pedreiro vir aqui sem falar nada pra gente e pintou com um amarelo muito feio. Quando eu cheguei eu mandei o Fê pintar de azul por cima, porque aquela cor era feia, parecia de sujeira e eu não ia deixar a tinta em casa estragando... quando ela viu, disse que ia aumentar cinquenta reais do nosso aluguel, porque eu não respeitava o que ela fazia no imóvel dela, daí a gente teve que conversar, né?! Ela acabou não aumentando naquele mês, que era janeiro, mas quis aumentar muito no final do ano e depois contou pra gente que foi por causa da pintura, mas a gente sempre cuidou direitinho de lá, mas mesmo assim, quando não foi isso foram outras coisas, ela sempre cismava com a gente, por qualquer coisa, dizia que tinha medo da gente tomar o imóvel dela...”.

Quando perguntados sobre os contratos de aluguel, o casal revela que a proprietária já foi questionada a respeito e se negou a fazer qualquer contrato por conta do valor cobrado pelas imobiliárias e por acreditar que a relação contratual lhe seria desvantajosa, diferente da opinião de outros proprietários, que se sentem amparados pelo documento em caso de possíveis desentendimentos com os locatários, apesar de a grande maioria acertar em conversas os termos do acordo de aluguel, que são negociados, aparentemente de forma mais flexível pelo lado dos microempreendedores, que precisam do espaço, e de proprietários que têm no imóvel uma fonte muito significativa de renda, quando não a única. Neste caso, os proprietários estão mais propensos a fazer concessões, descontar quantias investidas nos imóveis e até a realizarem reformas para melhorar a estrutura e aparência dos pontos comerciais.

São dessas reformas que advêm as mudanças que percebemos ao observar a rua ao longo do tempo, por curtos que sejam os mais de dois anos de contato com os entrevistados e com sua rotina de trabalho, tendo em conta os diferentes usos espaciais que são atualmente feitos no Jardim Nova Guaianases, onde

Podemos reconhecer portanto modalidades de uso do ambiente construído que implicam na possibilidade de transformar aquilo que antes fôra majoritariamente espaço de reprodução de seus pais, em meio de produção (mais exatamente capital fixo) de um pequeno empreendimento próprio. Entretanto a idéia de um uso pretérito estritamente reprodutório das casas autoconstruídas deve ser relativizada, pensando que desde o começo de formação do loteamento existiram alguns poucos butecos, como do sr. Antônio Torrezan, que provavelmente funcionavam como moradia e comércio. Mas tal idéia não deve ser relativizada a ponto de se deformar e perdermos de vista a novidade histórica presente na generalização de tais trabalhos no “bairro”. São bares, mercadinhos, açougues, padarias, restaurantes, lojas de roupas, de materiais de limpeza, materiais de construção, academia, farmácias, cabeleireiros, manicures, lan houses, ONGs, igrejas evangélicas e uma série de pequenos negócios abertos pelos próprios moradores, ou até por outros moradores não “proprietários” das casas, compondo uma nova paisagem no “bairro” que sintetiza um processo contraditório importante de se explorar. (GIAVAROTTI, 2012).

Assim, alguns imóveis da rua passam por pequenas ou médias reformas para comportar novos estabelecimentos que são rapidamente inaugurados e desaparecem

quase tão rapidamente quanto surgiram, sendo expulsos por um movimento espacial que antes os atraiu e que ocorre

No centro ou na periferia das cidades, especialmente das grandes cidades, o tempo todo estão se produzindo novos espaços de valorização econômica, aquecendo a economia moderna, mas destituindo a condição de moradia e de vida urbana possível para parte substantiva da população urbana. Nós designamos esse processo econômico como momento expressivo da mobilidade do trabalho, atualizando esta concepção, pois nela é agregada, além da mobilidade da força de trabalho, sempre reconstituída como população excedente relativa no processo do capital, a mobilidade do morador das grandes cidades e metrópoles, particularmente e não somente. (DAMIANI, 2016)

Neste contexto, assistimos ao fechamento e à expulsão dos pequenos estabelecimentos que se instalam na Rua Eugênio Radiante devido a fatores como o descrito acima e à baixa capitalização (GIAVAROTTI, 2012), que exploraremos abaixo.

6. O fechamento dos microempreendimentos

Durante o processo de realização da pesquisa e escrita do trabalho aqui apresentado, a sapataria de Felipe e Jéssica fechou, bem como a adega da família de Estela se converteu numa loja de roupas e mudou de dono. Entre os motivos para os fechamentos, que na rua são cíclicos segundo relatos dos microempreendedores, estão a baixa capitalização e a dificuldade de manter o uso do imóvel por meio do aluguel, que como vimos significa um gasto significativo na contabilidade dos microempreendimentos e também conflitos entre os proprietários e os microempreendedores. Também entre os motivos para fechamento dos estabelecimentos não podem ser dispensadas questões que dizem respeito à manutenção e ao cuidado com a família,

actividades de reprodução realizados sobretudo pelas mulheres. Correspon-
dentemente a dissociação-valor significa que as actividades de reprodução no
seu cerne determinadas como femininas, bem como os sentimentos, qualida-
des, atitudes (emotividade, sensualidade, solicitude entre outras) ligados a tais
actividades, estão dissociados justamente do valor (mais-valia) e do trabalho
abstracto. As actividades femininas de reprodução no capitalismo têm um ca-
ráter diferente do trabalho abstracto; por isso não podem ser subsumidas ao
conceito de trabalho sem mais. (SCHOLZ, 2013)

No caso da família de Estela, um novo membro na família foi importante para a decisão de fechamento da adega, além do aluguel e da baixa rentabilidade do estabelecimento. O nascimento do irmão mais novo de Estela fez com que as tarefas do núcleo familiar aumentassem pois a garota e a mãe hoje se revezam nos cuidados com o bebê de quatro meses de idade. A adega foi fechada na primeira metade da gravidez de Ângela, que continuou a trabalhar com o marido e a filha no minimercado, que passou a vender também algumas bebidas antes só vendidas na adega.

Os cuidados com o irmão mais novo fizeram com que Estela não iniciasse curso pré-vestibular até o momento e que se dedicasse mais ao trabalho no minimercado da família, posto que a criança também representa aumento da necessidade de mercadorias acessadas por meio do dinheiro obtido na atividade laboral. A garota continua estudando nos raros intervalos do trabalho para prestar vestibular para medicina, no qual não obteve aprovação até o momento. Por parte de Estela não há reclamação da mobilização de sua força de trabalho em mais uma tarefa, porém suas falas deixam

claro o cansaço e o desconforto que a nova função lhe causa, tendo relatado que após o final da gravidez da mãe e o nascimento do garoto, que se chama Henrique, tem tido cada vez menos descanso e tempo para estudar, apesar de continuar otimista em relação à faculdade que pretende cursar, para a qual o trabalho no minimercado e no núcleo familiar tem sido um obstáculo.

A dissociação do feminino assim definida, como condição de desenvolvimento das forças produtivas, levou então finalmente à revolução microeletrónica, que conduziu ao absurdo não só o trabalho abstracto, mas também o modelo de género moderno clássico e a “dona de casa”. Nessa medida a expansão de actividades de reprodução, de assistência e de care antes prestadas em privado é sobretudo uma parte da crise economicamente falando, pois a massa de mais-valia teria que ser redistribuída, mas já não há essa possibilidade perante o pano de fundo de uma contradição em processo e um capitalismo chegado ao seu limite, ou seja, todo este desenvolvimento deve ser visto à partida perante o pano de fundo da dissociação-valor como princípio social fundamental. O resultado é, portanto, em certa medida, um deficit de reprodução, pois as mulheres já não podem fazer essas actividades por estarem duplamente sobrecarregadas. Trazidas para o domínio profissional as actividades de care e de bem-estar chegam assim aos seus limites qualitativos, uma vez que são em grande parte travadas perante o ponto de vista da eficiência. Nestas circunstâncias as mulheres hoje também já não podem ser simplesmente pregadas na área reprodutiva ou de care, mesmo que muitas vezes acabem realmente por ir parar ao domínio do care ou a outros sectores de serviços também de conotação feminina. As mulheres – assim o exige não só o Estado e a economia, mas também a chamada sociedade civil – devem por princípio aceitar qualquer tipo de trabalho, mesmo um trabalho antes conotado como “masculino”, embora na circunstância e ao contrário dos homens continuem a ser (de facto) responsáveis pela família, pelas crianças e pela assistência. Assim também a imagem das mulheres se modifica: “As mulheres são homens, apenas diferentes” (Kornelia Hauser), mantendo ao mesmo tempo a responsabilidade pelas crianças e pela lida da casa e sem quebra das hierarquias de género que continuam a existir. (Ibidem)

Outro caso em que o microempreendimento analisado não se encaixou às necessidades inerentes à reprodução familiar no universo capitalista ocorreu com a sapataria de Felipe e Jéssica, o casal afirma que pretende constituir uma família, ter

filhos, alugar uma casa só para si, posto que por ora ainda vivem na casa de parentes. Segundo Felipe, a sapataria não tinha ganhos estáveis capazes de manterem o casal e o estabelecimento funcionando, como relatado anteriormente por Jéssica, que falou sobre a pequena poupança que aprendeu a fazer com o minicurso do SEBRAE para manter as contas da sapataria em dia e ao mesmo tempo suprir as necessidades da família. Ainda na fala de Felipe, se mostrou mais vantajoso ao casal procurar emprego no mercado formal do que economizar constantemente e lidar com a instabilidade dos ganhos no antigo estabelecimento.

A baixa capitalização da sapataria não pode ser contornada pelas economias mantidas pelo casal, que teve de fechá-la, pois o estabelecimento não atraía clientela suficiente, apesar do movimento intenso na Rua Eugênio Radiante, diferente da pouca movimentação em algumas ruas do Jardim Ibirapuera, que levou ao fechamento de estabelecimentos abertos por seus moradores, segundos os quais

na sua rua não tinha movimento nenhum, pouca clientela, motivo pelo qual a acaba fechando de vez. Bem como Rói e seu irmão Michel que abriram o bar primeiramente num dos cômodos da antiga casa de seu pai José Vieiras, no Jardim Leni muito próxima à favela da Pinhal Velho, saindo posteriormente daí para abrir o bar num imóvel alugado na rua Bento Barroso Pereira (cf. anexo 5), numa quadra já fora do Jardim Ibirapuera. Em um de nossos trabalhos de campo, Michel (irmão e sócio de Rói) disse que uma das razões de terem mudado o bar de local, justificava-se por estarem tendo muitas dificuldades com a venda fiada, pois sua clientela não vinha cumprindo com seus compromissos. (GIAVAROTI, 2012)

A constatação da diferença do movimento escasso nas ruas do Jardim Ibirapuera onde fecharam pequenos empreendimentos abertos por seus moradores e no Jardim Nova Guaianases, na rua analisada, onde o movimento é intenso, pode levar à ideia de que o fechamento se deu por má administração de seus donos ou por falta de empenho no trabalho, mas ao final desta pesquisa, concluímos que os estabelecimentos analisados são abertos com base muito mais em esperanças por parte de seus donos do que de possibilidades reais de ganhos suficientes para sua manutenção e reprodução.

Essa esperança não se funda somente no desejo de se ver livre das relações hierárquicas do trabalho formal ou de sua baixa remuneração e más condições, mas

é também difundida, veiculada na grande mídia e na internet, reproduzida insistentemente em propagandas de bancos e do SEBRAE e, quando todos esses meios se esgotam ou não se fazem eficazes por terem atingido o objetivo de aumentar o número de microempreendimentos no país, o SEBRAE e bancos privados e públicos fazem visitas a microempreendedores no intuito de vender programas de crédito, cursos e softwares do tipo SAS para ajudar na administração, no funcionamento e supostamente gerar aumento de rendimento nos estabelecimentos, o que consideramos uma forma do capital financeiro penetrar nas pequenas transações financeiras na periferia, que antes se davam sem o intermédio de bancos e fundações.

7. Conclusão

Durante o século XX no Brasil o movimento de concentração de capital e de terras ocorreu de forma concomitante no campo e nas grandes cidades. Por um lado, instalavam-se polos industriais em cidades com infraestrutura suficiente às custas do Estado, repassadas ao consumidor final e ao trabalhador, por outro eram expandidas as grandes propriedades rurais por meio de expulsão de pequenos proprietários e da baixa absorção de força de trabalho por estas. Este processo, combinado à chegada de migrantes estrangeiros, fez com que em centros urbanos como São Paulo surgissem periferias onde passaram a viver os trabalhadores.

Com o passar do tempo e as mudanças no mundo do trabalho, os migrantes, no geral moradores das periferias urbanas, antes absorvidos como força de trabalho na indústria passaram a integrar cada vez mais o exército industrial de reserva, até o ponto em que parte dessa população, tendo passado ao setor de serviços já não conseguia emprego ou quando o conseguia lidava com baixos salários e condições de trabalho pouco favoráveis, o que juntamente com a propaganda e as ações positivas de instituições como bancos e o SEBRAE, levou uma parte desses trabalhadores ao microempreendedorismo como forma de ter acesso à circulação de dinheiro que lhes permite comprar mercadorias necessárias, e outras nem tanto, à sua manutenção e reprodução.

É por meio da propaganda e da ideia amplamente difundida que o empreendedorismo chega à periferia como forma dos sujeitos se enxergarem protagonistas de sua mudança de vida para melhor, deixando de ser empregado de alguém ou desempregado para ser o próprio patrão, uma forma - ilusória - de substituir o grande capitalista no trabalho, o que na maior parte das vezes não se concretiza, rendendo frustrações, endividamento e a impossibilidade de alcançar sonhos materializados em forma de mercadorias ou conquistas mediadas pelo dinheiro, que acaba por não vir.

O não vir dos rendimentos almejados pelos comerciantes encontram dois modos nesta pesquisa: o primeiro é o da manutenção catastrófica em que o comércio não apresenta rendimentos suficientes para manter a família e possibilitar sua reprodução, mas continuam abertos com o apoio de outros empregos por parte dos membros da família, que não faz a contabilidade dos salários recebidos pelo trabalho no estabelecimento, o segundo é a falência, recorrente e que acompanhamos no caso

do casal dono da sapataria que fechou, quando o empreendimento não apenas não tem rendimentos suficientes, mas quando se torna motivo de endividamento ou sendo a única fonte de renda familiar, não se faz suficiente.

Apesar de ambos os cenários serem bastante recorrentes entre os relatos obtidos nesta pesquisa, instituições públicas e privadas continuam dia após dia a insistir na veiculação da imagem do microempreendedorismo como fonte única de renda ou como um complemento satisfatório desta. A explicação para este fenômeno com certeza requer pesquisa mais ampla e detalhada, porém com o que podemos constatar até aqui nota-se que a venda de empréstimos, cursos, softwares, serviços e máquinas de cartão de crédito e débito é um dos fortes motivos para a insistência de tais entidades na publicidade acerca da atividade empreendedora, mesmo quando esta ocorre em periferias remotas da cidade, pois ao capital financeiro interessa permear as relações comerciais, por menores que sejam.

As periferias paulistanas abrigam vasto número dessas pequenas relações comerciais, que no macro são rentáveis e significativas a bancos e instituições financeiras, e até ao arrecadamento de tributo por parte do governo. Elas são diversas entre si por fatores como origem, organização, localização e época de formação, por isso é importante situá-las historicamente e compreender suas distinções para compreender a base territorial onde ocorrem as relações aqui retratadas.

Para elucidar a questão trazida neste trabalho, procuramos analisar o objeto de estudo através das lentes analíticas da mobilidade do trabalho posto que apesar de se tratar de um tema possível à geografia urbana por termos nos deparado por vezes com a formação de periferias, suas transformações, diferenciações e complexidades, decidimos aqui nos ater à história da força de trabalho que deu origem a tais periferias, aos motivos por traz de sua migração, posterior ingresso ao mundo do microempreendedorismo e à organização de tal atividade em escala local, posto que nela se dá a relação comercial analisada e esta relação tem importância territorial, modificando o espaço e agindo sobre a renda urbana da terra, numa dinâmica em que

Há o tempo todo, sendo posta a dialética entre centro e periferia no urbano. O que num dado momento é a periferia, abrigo da população pauperizada, noutro momento é uma centralidade em constituição, produzida e reproduzida econômica e politicamente. (DAMIANI, 2016).

Bibliografia

DAMIANI, Amélia Luísa. A urbanização crítica na metrópole de São Paulo a partir de fundamentos da geografia urbana. Revista da ANPEGE, v. 5, n. 05, p. 39-53, 2009.

_____. A produção do espaço urbano e a propriedade privada da terra. 2016.

GIAVAROTTI, Daniel Manzione. O Jardim Ibirapuera da imposição à crise do trabalho. 2012. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

KAISER, Bernardo. O geógrafo e pesquisa de campo. Boletim paulista de geografia , v. 84, p. 93-104, 2006.

MARTINS, José de Souza. O vôo das andorinhas: migrações temporárias no Brasil. Não há terra para plantar neste verão. Petrópolis: Vozes, p. 43-61, 1986.

SCHOLZ, Roswitha. "Feminismo–Capitalismo–Economia–Crise: objecções da crítica da dissociação-valor a algumas abordagens da actual crítica feminista da economia [Exit!, 2013]."

SEBRAE. Programa das MPEs paulistas. 2016.

SINGER, Paul Israel. Economia política da urbanização: ensaios. Editora Brasiliense, 1973.